c) A classificação final traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores;
d) Em matéria de constituição, composição e funcionamento e competência do júri, homologação, reclamação e recursos aplicam-se as regras previstas na lei geral sobre concursos da função pública, com as necessárias adaptações.

13 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Arquitecto Armando Manuel Cochado Soares da Silva, director do Departamento de Urbanismo.

Vogais efectivos:

Engenheira Virgínia Maria Lampreia Abreu Dias, directora do Departamento de Obras e Equipamentos Municipais, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Martinho Mendonça dos Santos Tangarrinha, chefe de Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais.

Vogais suplentes:

Engenheira Luísa Maria Antunes Pais Dias Fernandes, técnica superior de 1.ª classe — engenheiro civil.

Dr.ª Sílvia Flora Guerreiro Morgado André Cabrita, chefe de divisão de Recursos Humanos.

24 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.
2611060364

CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES

Aviso n.º 21 705/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 16 de Outubro de 2007, foi celebrado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de cinco meses, cinco horas por dia, para a categoria de auxiliar de serviços gerais, com Ana Isabel Albuquerque Neves, com início em 16 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto no artigo 9.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 23/2004. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).

2611060360

CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRA

Aviso (extracto) n.º 21 706/2007

Extracto de despachos de caducidade de contratos a termo certo

No uso da competência que me confere o artigo 68.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de direcção e gestão de pessoal, torno público que, no âmbito do estipulado no artigo 34.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por meu despacho de 15 de Outubro de 2007, caducaram os contratos a termo certo de António João Abrantes Santos, auxiliar administrativo, a 30 de Novembro de 2007, Cristina Manuela Vaqueiro Mendes, técnica superior de gestão autárquica, a 14 de Dezembro de 2007, Sílvia Maria Brito Machado, técnica superior de geografia, a 15 de Novembro de 2007, João Miguel Torres Neves, saporador florestal, a 20 de Novembro de 2007, Filipe Duarte Martins Galveia, saporador florestal, a 20 de Novembro de 2007, António José Godinho Rodrigues, saporador florestal a 20 de Novembro de 2007, e Luís Rui de Sousa Martins, saporador florestal, a 20 de Novembro de 2007.

25 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Pedro Namorado Lancha*.

2611060800

CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

Aviso n.º 21 707/2007

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e por meu despacho exarado em 28 de Agosto de 2007, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo, na categoria de auxiliar de acção educativa, por um período de três anos, com início em 11 de Outubro de 2007 e termo em 10 de Outubro de 2010, com as seguintes trabalhadoras:

Ana Marta Proença Antunes.
Célia Alexandra dos Reis Saraiva.

Liliana Isabel Henriques Folgado Flores.
Liliana Isabel Martins Morais.
Susana Pinheiro Barata.

[Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto].

28 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Cachucho Rocha*.

2611060810

Aviso n.º 21 708/2007

Concurso externo de ingresso para admissão a estágio tendo em vista o provimento de um lugar da carreira de técnico superior, da categoria de técnico superior de 2.ª classe — estagiário, integrada no grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

1 — Para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 19 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio tendo em vista o provimento de um lugar da carreira de técnico superior, da categoria de técnico superior de 2.ª classe — estagiário, integrada no grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a que corresponde o escalão 1, índice 310, do sistema retributivo dos funcionários e agentes da Administração Pública, que para efeitos remuneratórios corresponde ao índice 321.

2 — O presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro, 247/87, de 17 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação complementar.

3 — O concurso é válido para as vagas indicadas, esgotando-se o mesmo com o seu preenchimento.

4 — Local de trabalho — área do município de Idanha-a-Nova.

5 — Conteúdo funcional da carreira de técnico superior, previsto no Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho — desenvolve funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura.

6 — Requisitos de admissão — a este concurso podem concorrer os candidatos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam os seguintes requisitos:

6.1 — Requisitos gerais de admissão (constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho):

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido(a) do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — curso superior que confira o grau de licenciatura [alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro].

7 — Para efeitos de candidatura, os interessados deverão apresentar, até final do prazo de abertura do concurso, requerimento escrito, dirigido ao presidente da Câmara, o qual, bem como a documentação que o deve acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal ou a remeter pelo correio, por carta registada, com aviso de recepção, endereçada à Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Largo do Município, 6060-163 Idanha-a-Nova, considerando-se entregues dentro do prazo os requerimentos cujo aviso de recepção tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Do requerimento devem constar os seguintes elementos: nome completo, profissão, estado civil, data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, residência (indicar rua, número de polícia, andar e código postal e número de telefone), número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal

de contribuinte, concurso a que se candidata, com identificação do mesmo mediante referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso.

8 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, anexo fotocópia dos documentos comprovativos dos elementos dele constantes para efeitos de avaliação curricular;
- c) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais deverão ser igualmente comprovados documentalente.

9 — Os requerimentos de admissão terão, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, de ser acompanhados dos documentos comprovativos dos requisitos a que se refere o n.º 6.1 do presente aviso. Os documentos mencionados nas alíneas a), b), d), e) e f) do número atrás referido poderão ser dispensados caso os candidatos declarem nos requerimentos de admissão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

Os requerimentos de admissão terão ainda obrigatoriamente, sob pena de exclusão, de ser acompanhados dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 8 do presente aviso.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que os candidatos descreveram nos respectivos requerimentos, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

11 — A selecção dos candidatos será feita mediante a aplicação dos seguintes métodos:

- Prova escrita de conhecimentos;
- Avaliação curricular; e
- Entrevista profissional de selecção.

O ordenamento dos candidatos, pela aplicação dos referidos métodos de selecção, será expresso de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se, como tal, por arrendondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores. O ordenamento dos candidatos será efectuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PEC + AC + EPS}{3}$$

em que:

- CF = classificação final;
- PEC = prova escrita de conhecimentos;
- AC = avaliação curricular;
- EPS = entrevista profissional de selecção.

11.1 — A prova escrita de conhecimentos desenrolar-se-á numa só fase, com a duração de duas horas, e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores de acordo com o seguinte critério:

- Resposta muito correcta* — de 17 a 20 valores;
- Resposta correcta* — de 14 a 16 valores;
- Resposta suficiente* — de 10 a 13 valores;
- Resposta incorrecta* — inferior a 9,5 valores.

A prova escrita de conhecimentos incidirá sobre o seguinte programa — respectivo conteúdo funcional da carreira de técnico superior, previsto no n.º 5 do presente aviso e ainda sobre as seguintes matérias:

Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro);

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);

Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio);

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei n.º 24/84, de 18 de Janeiro).

A classificação final da prova escrita de conhecimentos será obtida através da média aritmética simples das notações obtidas nas questões que forem colocadas.

11.2 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

$$AC = \frac{HA + EP + FP}{3}$$

em que:

- AC = avaliação curricular;
- HA = habilitações académicas;
- EP = experiência profissional;
- FP = formação profissional.

A valorização das habilitações académicas será efectuada do seguinte modo:

- Licenciatura — 18 valores;
- Habilitação de grau superior à anteriormente indicada — 20 valores.

Na experiência profissional ponderar-se-á o desempenho efectivo de funções inerentes ao conteúdo funcional de técnico superior e será avaliado pela sua natureza e duração; a sua determinação será efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = \frac{N + D}{2}$$

em que:

- EP = experiência profissional;
- N = natureza das funções exercidas;
- D = duração do desempenho das funções.

Para esse efeito N terá a seguinte valorização:

- Identidade ou afinidade total do conteúdo funcional — 20 valores;
- Identidade ou afinidade parcial do conteúdo funcional — 15 valores.

D será avaliada da seguinte forma:

- Até um ano — 10 valores;
- De um a três anos — 14 valores;
- De três a cinco anos — 16 valores;
- Mais de cinco anos — 20 valores.

Na formação profissional serão ponderadas as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional, documentalmente comprovadas, nos termos da alínea b) do n.º 8 do presente aviso, relacionadas com a área funcional do lugar a concurso com a seguinte valorização:

- Uma acção de formação profissional — 10 valores;
- Duas acções de formação profissional — 13 valores;
- Três acções de formação profissional — 16 valores;
- Quatro e mais acções de formação profissional — 20 valores.

11.3 — A entrevista profissional de selecção visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e versará sobre o perfil técnico (PT) [conhecimentos gerais de Administração Pública (CGAP) e conhecimentos técnicos relacionados com a função a desempenhar (CT)] e o perfil psicológico (PP) (motivação e interesse pelo lugar, sentido de responsabilidade e capacidade de relacionamento com os outros e de iniciativa), em que:

$$EPS = \frac{PT + PP}{2}$$

sendo:

$$PT = \frac{CGPA + CT}{2}$$

A classificação da entrevista será efectuada na escala de 0 a 20 valores.

12 — A frequência ao estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e terá a duração de um ano.

13 — A avaliação final do estágio será feita com base:

- a) No relatório de estágio, a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias após o seu termo;
- b) Na avaliação de desempenho obtida durante aquele período;
- c) Na avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

14 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações referidas no número anterior.

15 — O candidato admitido a estágio será provido a título definitivo em lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe desde que obtenha classificação final de estágio não inferior a *Bom* (14 valores).

16 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, e respectiva fundamen-

tação constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

17 — O local, a data e a hora de prestação de provas serão comunicados aos candidatos com a devida antecedência através de carta registada, com aviso de recepção.

18 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no placard do edifício dos Paços do município de Idanha-a-Nova, de harmonia com o estipulado nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos de admissão serão punidas nos termos da lei penal.

20 — Em caso de igualdade de classificação, a ordenação final dos candidatos resultará da aplicação dos critérios constantes na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Será tido em conta o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, tendo o candidato com deficiência preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos com deficiência devem, para efeitos de admissão a concurso, ter em conta o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, declarando no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo.

Os candidatos devem ainda mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários à adequação do processo de selecção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão dos candidatos com deficiência.

21 — Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o júri de concurso e de estágio será assim constituído:

Presidente — Armindo Moreira Palma Jacinto, vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais efectivos:

Joaquim Manuel Beato Soares, vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

João António Jóia Capelo de Carvalho, técnico superior de sociologia de 2.ª classe da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais suplentes:

José Luís Gil Cristóvão, técnico superior principal de arqueologia da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Paulo Miguel Longo dos Santos, técnico superior de antropologia de 2.ª classe da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

22 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência, enviada através do ofício n.º 002663, de 4 de Abril de 2007, da DGAP.

23 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611060814

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO

Aviso n.º 21 709/2007

Alteração da licença de operação de loteamento n.º 12/94, de Isabel Maria da Costa Paulo Nunes de Sena, sito no lugar da Presa, freguesia de Almacave — Discussão pública

Francisco Manuel Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lamego, torna público, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, que se irá proceder de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, ao período de discussão pública do pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 12/94, requerida por Avelino Pereira Gonçalves.

A alteração ao loteamento consiste na redefinição do afastamento lateral direito do lote 5.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da publicação do presente aviso e a duração de 15 dias.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 8 horas e 30 minutos às 17 horas, no Atendimento ao Município da Câmara

Municipal de Lamego, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor e entregue pessoalmente ou remetido através de correio ao serviço acima mencionado.

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Lopes*.

2611060475

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 21 710/2007

Abertura de período de discussão pública

1 — Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, faz-se público que, a requerimento de PRE-DURBA — Prédios Urbanos, S. A., com sede na Rua de Braamcamp, 9, 5.º, direito, em Lisboa, se encontra aberto, a partir do 8.º dia a contar da presente publicação, e pelo prazo de 15 dias, o período de discussão pública para aprovação do pedido de licenciamento da operação de loteamento/emparcelamento a levar a efeito nos prédios urbanos sitos na Rua de Tomás Ribeiro, 49, 51 e 53, e descritos na 8.ª Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 2869 e 1689, pertencente à freguesia de São Sebastião da Pedreira, durante o qual os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

2 — Durante este período, os interessados poderão consultar o projecto de loteamento, bem como a informação técnica elaborada pelos serviços municipais competentes, devendo dirigir-se à Divisão de Administração, Relações Públicas e Apreciação Liminar (Gabinete de Relações Públicas) da Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Edifício da Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande, 25, 3.º, F.

3 — Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, podendo utilizar para o efeito impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos.

17 de Outubro de 2007. — O Vereador do Pelouro do Urbanismo, *Manuel Salgado*.

2611060615

Aviso n.º 21 711/2007

Nomeações

Por despacho de 26 de Outubro de 2007 do vereador da área de recursos humanos (subdelegação de 20 de Agosto de 2007 publicada no *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007), foram Isabel Maria Simão de Carvalho Oliveira, Maria das Dores da Silva Ribeiro, Cristina Maria de Campos Moura, Joana Alice Mota Cartaxo Abrantes Fialho, Mónica Lopes Mugeiro, Benilde Pinto Cardoso Rodrigues, Maria de Lurdes Mendes Canas, Paula Cristina Conde Amorim Pires Godinho, Teresa Maria Barata Folgado Alcobia, Maria do Rosário Lino da Silva Vilela, Paulo Sérgio Serrano Cardoso, Maria da Conceição Baptista Brito Robalo da Graça Esteves, Ana Paula Clemente Moiteiro, Maria Paula de Oliveira Simões Taborda, Adosinda Maria Leal Monteiro dos Santos, Lígia Maria Carapinha Bento Ramos, Maria Manuela Martins, Rosa Paula Ramos da Silva Brito Carneiro, Maria Cândida Rosa Rosado Pulido, Ana Paula de Andrade Dias Leal, Margarida Machado dos Santos de Almeida, Maria de Lurdes Pereira Ferreira, Deonilde Cesariana da Palma Fernandes Cunha, Cristina Maria de Oliveira Cardoso, Deolinda Rosa da Costa Pereira Tomé, Maria de Fátima Agostinho Rodrigues Guedes da Silva, Maria Irene de Matos Nunes, Teresa Augusta Alves Cunha Nantes, Maria Helena Rações Baptista, Isabel Maria Soares Nunes da Cruz, Maria Albertina de Jesus da Silva, Lina Maria Nunes Fernandes, Alda da Conceição Carvalho Cordeiro Ferreira, Maria Olinda de Jesus Carvalho, Isabel Maria Alves Cerdeira, Marília Cristóvão Veiga, Leonor Eduarda Seuanes Tavares Dias, Emília Fernanda Martins Antunes Palma, Olga Maria Grencho Milheiro, Jorge Manuel de Oliveira Macedo Alves, José Tavares Flores da Silva, Maria Simões Rodrigues Teixeira, Maria Vitória Lopes Ferreira Borges, Maria Silvina Miguel Santos, Maria Natividade Cruz Garcia, Palmira de Jesus Pereira da Cruz Marques, Deolinda da Conceição Silva Veloso Nunes, Maria Rita Alves Serejo, Sílvia Maria Ribeiro Ferreira Pereira, Maria Alice da Silva Napier Ambulate, Elisabete Maria Barreira Dias, Alexandra Isabel da Silva Teixeira de Carvalho, Maria da Conceição Augusto Modesto da Silva, Maria José Cristóvão dos Anjos Lopes, Lúcia Rute Rito Dinis, Ana Paula dos Santos Carlos Baptista, Elisabete Maria Lacerda Gomes Moita, Maria Teresa Fernandes Fidalgo, Vera Alexandra Lopes dos Santos Mendes, Manuel Ferreira Soares da Costa